

## Editorial

A *Revista Série-Estudos* publica neste número quinze artigos e uma resenha que se inscrevem em campos temáticos das tecnologias e mediações culturais, da educação infantil, da educação sociocomunitária, da educação especial, da educação não formal, dos processos educativos não escolares de adolescentes, da interculturalidade, das políticas públicas, da educação de jovens e adultos. Destacamos que, dando continuidade à política de publicação de artigos de autores estrangeiros, nesse número publicamos dois artigos, um de Portugal e outro do Canadá. A diversidade de ênfases teóricas e metodológicas que subsidia as discussões nos textos científicos em educação caracteriza os diferentes artigos.

O primeiro texto, *Ponto de Vista*, inscreve-se no campo das tecnologias, educação a distância e mediações culturais. José da Silva Ribeiro, em “*O audiovisual no ensino em ambientes virtuais: dos videogramas à cultura participativa*”, problematiza as produções audiovisuais e sonoras (videogramas e audiogramas) endógenos – produzidos pelas próprias instituições com objetivos específicos de ensino de matérias específicas. O autor entende que o desenvolvimento da cultura participativa, da cultura da convergência e da criação de recursos educacionais partilhados deram ao ensino uma outra abertura e maior complexidade que podem contribuir para o desenvolvimento do pensamento crítico e criativo dos estudantes, e questiona o sentido da produção e utilização do audiovisual no ensino em ambientes virtuais.

O segundo artigo, “*Lifelong learning as a source of well-being and successful aging*” (Aprendizagem ao longo da vida como uma fonte de bem-estar e envelhecimento bem sucedido), autoria de Bárbara Borges e Kerstin Roger, inicia-se com uma reflexão sobre o *script* que recebemos quando nascemos, pontuando como nossas vidas seriam: ir à escola, depois à universidade, começar a trabalhar, casar, ter filhos, então netos e se aposentar. As autoras questionam: e depois da aposentadoria? Ninguém nos disse o que fazer pelos próximos vinte, trinta, quarenta próximos anos de nossa existência. Nesse cenário, a educação tem um papel importante em manter os idosos como membros ativos na sociedade, aumentando sua qualidade de vida. O artigo explora a importância dos programas educacionais e a necessidade de planejá-los de acordo com o seu público, suas necessidades e desejos. Por fim, oferece algumas recomendações e conclusões sobre a educação de idosos de acordo com a literatura existente.

Com foco nas novas tecnologias voltadas para a comunicação, mais especificamente nos *gadgets*, Maria Lúcia de Amorim Soares, Eliete Jussara Nogueira e Leandro Petarnella apresentam em “*Juventude, gadgets e educação: reflexões contemporâneas*” reflexões de que existem valores sociais centrais na contemporaneidade

– influenciados pelo imaginário de ser jovem – que são facilitados com uso de novas tecnologias voltadas para a comunicação. Segundo as autoras, para além de seu caráter utilitário implícito na troca de informações, esses objetos – os *gadgets*, propiciam outro, o simbólico, que permeia as ideias de conectividade e de socialidade. Entretanto, no mundo universitário e acadêmico, adepto, geralmente, do processo conservador e positivista, as palavras Juventude, *Gadget* e Educação são gerúndios, sempre iniciando, crescendo, aprendendo, concluindo, escolhendo, esperando, entre outros.

Maria Cristina L. Paniago e Kátia Godoi, em “*Contextos de apropriação tecnológica e pedagógica do laptop na prática de professores em formação no Projeto UCA*” (Um Computador por Aluno), analisam dois contextos de apropriação tecnológica e pedagógica do uso do laptop, um no município de Terenos, MS, e outro no município de Campo Limpo Paulista, SP, ambas escolas públicas, a primeira estadual e a segunda municipal. Sem a intenção de comparar os dois contextos, a pesquisa intencionou evidenciar possíveis aproximações e/ou distanciamentos da prática de professores com o uso do laptop. Os resultados mostram um movimento dos professores nessa apropriação tecnológica e pedagógica, com disposição, interesse e vontade no enfrentamento dos desafios do Projeto UCA.

O artigo “*Algumas reflexões sobre os conceitos de alfabetização e letramento*”, autoria de Maria Angélica Olivo Francisco Lucas, discute conceitos de alfabetização e letramento apresentados por professores de educação infantil e expõe algumas reflexões acerca da apropriação da linguagem escrita, destacando a relação entre os processos de alfabetização e letramento compreendendo-os, respectivamente como: aprendizagem de habilidades necessárias para os atos de ler e escrever; estado ou condição do sujeito que incorpora práticas sociais de leitura e escrita. A autora considera ser também papel da educação infantil enriquecer o processo de letramento das crianças e estimular sua alfabetização, o que requer reconhecer tais processos como indissociáveis e interdependentes, porém distintos, e repensar a formação inicial e continuada de professores.

O próximo artigo discute o processo de objetivação a partir de uma pesquisa sobre as representações sociais de escola entre crianças. Tainah de Brito Barra Nova e Laeda Bezerra Machado, em “*O processo de objetivação nas representações sociais de escola para crianças*”, apresentam os resultados da pesquisa que revelaram, no processo de objetivação da representação de escola, o mascaramento de alguns elementos e acentuação de outros. O núcleo figurativo dessa representação apresentou duas fases: vida melhor, reservada aos escolarizados, e condição de subalternidade, reservada aos não escolarizados. Para as crianças, a escola está objetivada como fonte de superação das adversidades e reconhecimento social.

O artigo que se segue discute a contribuição da educação sociocomunitária para a nova visão de promoção em saúde. Denise do Amaral Camossa e Sueli Maria Pessagno Caro, em *“Promoção em saúde e educação sociomunitária”*, apresentam um levantamento bibliográfico aprofundando o conhecimento e respondendo aos questionamentos específicos da realidade social. Segundo as autoras, as dificuldades referentes ao trabalho em equipe (interdisciplinary) é ainda o reflexo da mudança de um modelo pedagógico centrado em um trabalho linear, institucionalizado, hierárquico, com a utilização de técnicas específicas de uma determinada área de formação e exige mudanças e desafios inerentes à própria convivência social no local de trabalho.

Táisa Grasiela Gomes Liduenha Gonçalves e Maria Cristina Piumbato Innocentini Hayashi, autoras do artigo *“Estudo bibliométrico sobre educação do campo para jovens e adultos deficientes”*, focalizam a produção científica acadêmica brasileira sobre a Educação do Campo (EC) e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como subsídio para estabelecer a relação com a Educação Especial (EE) visando reconhecer a existência de pesquisas que retratem a preocupação da escolarização de jovens e adultos do campo com deficiência. É um estudo bibliométrico que permite analisar a produção científica de uma área de conhecimento ou tema específico a ser investigado. Os resultados indicaram uma lacuna na produção científica nacional a despeito da interface entre EJA, Educação do Campo e Educação Especial.

Com foco na in/exclusão da pessoa com deficiência visual, Claunice Maria Dorneles e Ruth Pavan contextualizam/historicizam em *“A concepção de in/exclusão da pessoa com deficiência visual na perspectiva histórica”* como a sociedade em cada época, concebe a pessoa com deficiência visual, desde a Antiguidade, passando pela Idade Média, Moderna e Contemporânea. As autoras analisam que há um processo histórico de discriminação, mas também um processo histórico de luta pela inclusão das pessoas com deficiência visual que resultou em políticas públicas, incluindo políticas públicas educacionais que vêm possibilitando avanços significativos, como a inclusão das pessoas com deficiência nas escolas regulares e a implantação das salas de recursos multifuncionais.

Renata Sieiro Fernandes, em *“Educação não formal, os registros e a oralidade”*, trata dos registros feitos por educadores em suas práticas educativas, no campo da Educação não formal como instrumento imprescindível para o exercício da autonomia, da reflexão sobre os fazeres e saberes, constituindo-se em uma educação ao longo do tempo e permanente. Segundo a autora, é um elemento que congrega memórias e histórias de diferentes sujeitos, dos processos e da própria instituição educativa e fornecem indicadores que permitem pensar em “tecnologias do eu”, no sentido de permitir a subjetivação, capacidade que abre espaço para a reflexão e apropriação do fazer docente.

O artigo *“Adolescentes em privação de liberdade na Fundação Casa-Sorocaba, SP: ato infracional e processo educativo”*, autoria de Julio Cesar Francisco e Marcos Francisco Martins, é resultado do trabalho de pesquisa financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e objetiva investigar a relação entre o processo de marginalização de dezoito adolescentes que se envolveram com atos infracionais e a educação escolar e não escolar vivida por eles na Fundação Casa de Sorocaba, SP. Os resultados da pesquisa permitiram identificar os motivos que levam adolescentes a se envolverem com atos infracionais, a relação entre a situação escolar vivida pelos adolescentes e o envolvimento com atos infracionais, o processo “disciplinar” educativo vivido pelos adolescentes no interior da Fundação Casa e o perfil étnico, escolar, familiar, econômico e infracional de adolescentes em Sorocaba.

Robson Alex Ferreira, José Milton de Lima, Márcia Regina Canhoto de Lima e José Nunes da Silva Filho, em *“A interculturalidade com origem na escolar do ‘branco’ – as contribuições da educação física e da geografia para a temática indígena em sala de aula”*, mostram a contribuição da pesquisa ação por meio das representações sociais de cento e três crianças de uma unidade pública de ensino. Para isto, essas crianças ‘brancas’ conviveram com índios Kaingang e Krenak e algumas tradições de cultura indígena. Conclui-se que as representações iniciais dos alunos foram se modificando ao longo de todo o estudo e solidificadas ao final da pesquisa-ação.

Referindo-se ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, o artigo de Cláudio José Oliveira, *“O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e a formação de professores que ensinam matemática”*, apresenta os resultados de uma pesquisa em andamento (2012-2013) que visa produzir dados sobre o PIBID de uma universidade comunitária na região Centro-Serra do Estado do Rio Grande do Sul. O autor problematiza as narrativas de bolsistas “pibidianos” dos Cursos de Pedagogia e Matemática e o PIBID como um espaço de relações de poder que promovem a normalização no sentido de instrumentalizar os futuros professores. Desse modo, infere-se que as experiências vivenciadas pelos alunos no PIBID instituem verdades sobre a formação docente de professores que ensinam matemática.

Eurize Caldas Pessanha e Silvia Helena Andrade de Brito, autoras do artigo *“Ensino secundário ou educação secundária? Controvérsias e singularidades na escrita de sua história”*, problematizam os distintos sentidos e a forma como se constitui a categoria “ensino secundário”, desde sua organização de forma sistemática e a sua consolidação. Identificam-se as distintas denominações do ensino secundário e as principais características a elas associadas e analisam-se as diferentes formas de designação encontradas, na legislação brasileira, de 1837 até 1971, e nos estudos

e relatórios produzidos no âmbito do governo federal no período. Conclui-se que a definição da identidade do ensino secundário abre questionamentos sobre o caráter de nível intermediário de escolarização, seu desdobramento em etapas e equiparação com outras modalidades.

O artigo “As políticas educacionais no Brasil”, autoria de Luciana Abdonor Pedroso da Silva e Jefferson Carriello do Carmo, discorre sobre as investigações acerca das políticas educacionais relacionadas à formação docente para Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil. O recorte temporal está situado entre o final dos anos 1990 até a presente data, e o caminho empírico foi o bibliográfico e descritivo-analítico. Foi estruturado em duas seções. A primeira descreve a educação como política educacional no Brasil e tece comentários acerca da participação das Organizações Internacionais, suas imposições e representações, nas políticas, bem como as suas determinações nos resultados políticos e a correlação de forças presentes na formulação dessas políticas. A segunda apresenta discussões acerca das políticas educacionais de formação para a EJA e discute a tarefa da LDB nessas políticas, bem como o direito dos jovens e adultos ao ensino e a importância da habilitação docente para atuar na modalidade EJA.

Por fim, a resenha feita por Katia Alexandra de Godoi e Silva do livro *Tecnologia e currículo: trajetórias convergentes ou divergentes?*, escrito pela professora Maria Elizabeth Bianconcini de Almeida e pelo professor José Armando Valente, publicado pela Editora Paullus, em 2011, surge da necessidade de refletir sobre a integração das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) ao currículo, motivada pela ausência de compreensão dos seus alunos, professores, educadores, gestores e outros profissionais que atuam na educação, sobre o que significa fazer essa integração, apesar de a temática estar contida já nos primeiros projetos governamentais brasileiros do uso das tecnologias na educação.

Desejamos a todos os nossos leitores uma ótima leitura!

A Comissão Editorial  
Novembro, 2014